

Simpósio da ANM discute questões sobre aborto

A Academia Nacional de Medicina (ANM) realizou este mês simpósio sobre aborto, tema considerado difícil por envolver questões que vão além da prática médica. Participaram o presidente da ANM, Francisco Sampaio, o acadêmico e ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão, Lena Lavinias, economista da UFRJ, Sonia Corrêa, da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, e o juiz José Henriques Torres.

De acordo com a ANM, a discussão foi muito rica, “sobretudo porque os palestrantes convidados não se colocaram em posição subjetiva como favoráveis ou contrários ao ato de abortar, mas se posicionaram, de maneira unânime, favoráveis à descriminalização do aborto, apresentando profundas evidências de problemas reais ocasionados pela prática do aborto clandestino”.

O presidente Francisco Sampaio começou o encontro anunciando que, independentemente das crenças de cada um e da subjetividades do tema, é impossível não tratar do assunto de maneira profunda: afinal, estima-se que haja no Brasil em torno de 850.000 abortos clandestinos anualmente. Ainda que esse seja um número aproximado, o Sistema Único de Saúde (SUS) registra 250 mil internações para tratamento das complicações por abortos e milhares de mulheres são afastadas de seu trabalho todo ano.

“Não há como negar que é um problema grave de saúde pública e que a lei proibitiva não tem impedido que as mulheres abortem ou evitem enfrentar as complicações de procedimentos abortivos irregulares. Além disso, uma a cada cinco mulheres entre 28 e 40 anos já fizeram, pelo menos, um aborto na vida. Dessa forma, estima-se que 7,4 milhões de brasileiras já fizeram pelo menos um aborto e o abortamento clandestino já constitui a quinta-maior causa de morte materna no Brasil”, ressalta a ANM.

História

A antropóloga Sonia Corrêa, da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, ministrou palestra histórica falando sobre o aborto e os direitos das mulheres percorrendo desde os chamados longos ciclos da história até um panorama do tema na Modernidade. Ela esboçou crítica às origens de práticas em que mulheres são excluídas da esfera pública e gestoras da vida privada e da reprodução, colocando que este modelo divisor de papéis em “dois sexos” anulava o princípio da igualdade anunciado pela revolução francesa.

Além disso, ao fazer uma

análise mais atual sobre os índices de abortos clandestinos diários, ela disse que, observando-se os registros de mortes e quadros clínicos de saúde muito graves em que se encontram as mulheres brasileiras, o País mostra o mais expressivo retrocesso desta luta.

Em sua palestra, Lena Lavinhas, economista da UFRJ, apresentou grande quantidade de dados relevantes e salientou a necessidade de fortalecimento das liberdades individuais da mulher frente ao descaso geral em relação aos quadros de riscos aos quais milhares delas são expostas diariamente.

Negligência

Ela se concentrou, sobretudo, na omissão da negligência do estado em relação aos direitos reprodutivos da mulher, que na verdade são caracterizadas como vilãs em uma luta em que as protagonistas pagam com a vida para exercer um direito que lhes é negado. A sociedade desresponsabiliza o estado e criminaliza as mulheres.

Isso ficou muito explícito recentemente em comentários tecidos por autoridades em relação a síndromes referentes à epidemia do Zika Vírus, de maneira que o governo orienta de forma apressada e simples que a população evite a gravidez. Mas como falar de igualdade existencial num contexto onde mulheres e jovens são diariamente expostos a riscos crescentes?

A economista Lena Lavinhas reforçou esta indignação apontando dados numéricos sobre gastos sociais e médicos excessivos com quadros de risco de morte de mulheres que realizam abortos clandestinos e argumentando que manter o aborto ilegal é alimentar a lógica da criminalização e da clivagem. Ela destacou ainda que a ONU pediu a revisão das legislações contra aborto na América Latina, por serem contrárias à dignidade da pessoa humana e aos direitos das mulheres.

Os palestrantes colocaram de forma unânime em pauta que a criminalização do aborto afeta desproporcionalmente mulheres pobres, negras ou de etnias marginalizadas e que sociedades onde o aborto é legal e seguro, inclusive gratuito, apresentam melhores níveis de tolerância e coesão social.

Junto a isso, acordou-se que no processo democrático de criminalização devem ser considerados os benefícios e os custos sociais causados pela adoção da medida proibicionista criminalizadora e que, no caso discutido, o aborto legalizado poderia contribuir para reduzir as desigualdades raciais e de classe no Brasil bem como diminuir o inaceitável índice de óbitos femininos.